

Simpósio Temático: Rede Latino- Americana de Acervos de Arquitetura (RELARQ): as dimensões do arquivo

Leonardo Barci Castriota (organizador)

O lugar: patrimônio e memória urbana. Possibilidades de uma documentação.

Margareth de Castro Afeche Pimenta, Prof. Dra. ARQ/UFSC;

Luís Fugazzola Pimenta, Prof. MSc. ARQ/UFSC.

Resumo

A preservação do patrimônio arquitetônico vem, ao longo do tempo, ampliando a sua significação, passando da idéia de manutenção do imóvel isolado com suas características herdadas historicamente à incorporação da importância do contexto urbano. Acompanhando a ampliação espacial da análise preservacionista, os objetivos materiais também passam a ser considerados conjuntamente com as práticas e as atitudes sociais, ou seja, com a incorporação do patrimônio imaterial como elemento relevante para valorização cultural. A evolução desses conceitos de preservação parece atribuir ao lugar um papel proeminente, pois se demonstra capaz de ser o elemento coordenador da síntese entre elementos materiais e imateriais da cultura. As heranças culturais impregnam os diferentes lugares, atribuindo-lhes características peculiares, tanto como elementos da paisagem, como em relações e construções simbólicas.

A constituição de uma documentação de arquitetura e urbanismo em Santa Catarina revela especificidades que são próprias de sua formação sócio-espacial. Não se encontrará aqui a exuberância dos registros arquitetônicos e paisagísticos dos lugares que participaram dos grandes ciclos econômicos nacionais ou desempenharam funções administrativas relevantes. O território catarinense foi construído por levas sucessivas de imigrações, conformando paisagens culturais diversificadas pelos itinerários do estabelecimento das populações de diferentes etnias e períodos históricos. Pequenas economias ancoradas regionalmente – muitas delas crescendo exponencialmente a partir destas bases simplórias - permitiram a expressão de formas

urbanas e arquitetônicas amparadas em tradições culturais populares, adaptando-se às condições locais e à lógica de relações territoriais em processo de constituição. Das ocupações litorâneas e caminhos de tropas setecentistas às colônias de imigração do século XIX e XX, um rico patrimônio cultural, existente ou desaparecido, deve ser melhor conhecido, valorizado e preservado. A arquitetura institucional, religiosa, industrial, habitacional, assim como os planos urbanos e a evolução das idéias urbanísticas podem ser objeto desta documentação.

A iconografia em suas diversas variantes tem grande valor para a evolução do conhecimento do patrimônio arquitetônico, urbanístico assim como das paisagens catarinenses. Há a necessidade da recuperação, sistematização e publicização dos documentos existentes e a produção de novos materiais iconográficos, documentando os patrimônios materiais e imateriais. Esse projeto vai se ligar à idéia da Rede Latino-americana explorando as possibilidades de documentação dos *lugares e suas paisagens construídas*, gerando o seu registro a partir de diversos suportes – fotografias, textos, cartografia, textos -, que serão tratados como séries arquivísticas, passíveis de alimentar o sistema utilizado pela Rede. Serão explorados ainda os diversos descritores que possam ser criados, ao se gerar documentação para o registro dos lugares.

Palavras-chave: Rede Latino-Americana de documentação; Arquitetura; Paisagem

The place: urban heritage and memory. Possibilities for a documentation.

The preservation of architectural heritage has, over time, increasing its significance, from the idea of maintaining isolated building with its characteristics historically inherited to incorporate the urban context. Following the expansion of preservationist spatial analysis, material goals are considered with the practices and social attitudes, ie, with the incorporation of intangible heritage as an important element for cultural appreciation. The evolution of these concepts of preservation assigns to *place* a prominent role, as capable to coordinate the synthesis between material and immaterial culture. The cultural heritage pervade the different places, giving them peculiar characteristics, both as landscape features, such as symbolic constructions.

The establishment of an architectural and an urban documentation in Santa Catarina reveals specificities that are characteristic of their socio-spatial formation. You can't

find here the exuberance of the architectural landscape as it happens in others places that participated in the great national economic cycles or that played important administrative roles. The territory of Santa Catarina was built by successive waves of immigration, shaping cultural landscapes by diverse populations of different ethnic and historical periods. Small economies anchored regionally - many of them growing exponentially from these bases simplistic - allowed the expression of architectural and urban forms supported in popular cultural traditions, adapting to local conditions and the logic of territorial relations in their process of constitution. Since the paths of troops and the coastal occupations to nineteenth's and twentieth's colonies of immigration, a rich cultural heritage, existing or missing, should be better known, valued and preserved. The institutional, religious, industrial, residential, as well as urban plans and ideas can be the subject of this documentation. The iconography in its several variants has great value to the evolution of knowledge of architectural and urban heritage, as well as the landscapes of Santa Catarina. There is a need for recovery, organization and publicity of existing documents and production of new iconographic materials, documenting the tangible and intangible heritage. This project will connect to the idea of the Latin American Network exploring the possibilities of documentation of *places and landscapes*, generating your own record from various media - photographs, texts, maps, texts - to be treated as archival series, capable of powering the system used by the Network. Several descriptors are also explored that can be created when the documentation is generated for the registration of places.

Keywords: Latin American Network of documentation, Architecture, Landscape

O lugar: patrimônio e memória urbana. Possibilidades de uma documentação.

Margareth de Castro Afeche Pimenta, Prof. Dra. ARQ/UFSC;

Luís Fugazzola Pimenta, Prof. MSc. ARQ/UFSC.

1. Documentação e apreensão do conhecimento.

A proposta da Rede-Latino Americana de Documentação em Arquitetura e Urbanismo (RELARQ) visa à criação de um sistema que disponibilize documentos relativos à pesquisa na área da Arquitetura (e do Urbanismo), permitindo a pesquisadores e à população em geral o acesso à informação, sem a qual torna-se difícil pensar o presente e, portanto, o futuro, a partir do legado histórico. O presente como transição supõe a superação do passado em sua imagem “eterna”, fazendo desse passado uma experiência única. (Benjamin, 2000) O desafio da transmissão da informação é, não somente disponibilizar o seu acesso, mas permitir perceber “na obra o conjunto da obra” e fazer sentir “na época a totalidade do processo histórico” que são preservados e transcendidos. (Benjamin, 2000) Cada momento contextualizado, produtor de imagens e interpretações, deve se fazer acessível, permitindo um salto em relação às deficiências cumulativas da organização e compartilhamento da documentação brasileira. Atualmente, no Brasil, o acesso aos dados continua sendo privilégio de alguns que podem estar em poucos lugares privilegiados, comprometendo o caráter cumulativo e evolutivo do saber científico. A Rede Latino-Americana de Documentação em Arquitetura e Urbanismo (RELARQ) propõe-se, então, “ao desenvolvimento e implantação de sistemática uniformizada para tratamento, informatização, catalogação, compartilhamento e gerenciamento eletrônico da informação, visando dar acesso público e difundir acervos de Arquitetura e do Urbanismo das instituições educacionais de nosso continente”. (Catriota, 2009)

Além dos aspectos inerentes à metodologia no trato da informação para torná-la pública, a questão imediata que concerne diretamente aos pesquisadores é como esses dados devem ser captados e catalogados. Sabemos que hoje existe disponível uma enorme quantidade de informações que as novas redes técnicas permitem circular rapidamente. No entanto, muitas vezes, a forma como essa informação é recebida contribui mais para a percepção fragmentária dos aspectos da

realidade do que para a composição de um pensamento estruturado e coerente. A forma como os dados são apresentados depende, por sua vez, da maneira como o real é apreendido pelo próprio pesquisador que elabora o arquivo que será disponibilizado.

Para a composição de um arquivo referente à arquitetura e ao urbanismo catarinenses em particular, parte-se da avaliação do seu significado como bem patrimonial concebido não somente pelo seu valor intrínseco, mas também pelo significado em relação à memória e à cultura local (Jeudy, 1990).

Santa Catarina compõe-se de múltiplas regiões culturais que tiveram seu processo de formação, baseadas na acumulação de pequenos capitais por migrantes europeus que adaptaram técnicas e conhecimentos ao meio diverso daquele que se inseriam no país de origem. Poder-se-ia dizer que, ao longo de sua história, formam-se centralidades locais, solidarizando as redes regionais, que coincidem de forma imperfeita com os processos de ocupação, reforçando as características particulares das diferentes áreas do Estado. Os diversos lugares estão impregnados pelas culturas que se desenvolveram a partir dos fluxos migratórios, criando culturas e paisagens reconhecíveis ao visitante de passagem.

Ao se falar em documentação sobre Santa Catarina faz-se necessário, então, partir da compreensão da diversidade dos lugares. Diferentemente de outros Estados brasileiros que foram marcados por algum grande ciclo econômico dominante que lhes atribuíram características culturais relativamente homogêneas, o território catarinense foi sendo ocupado por sucessivos movimentos migratórios de diferentes nacionalidades, imprimindo características locais diferenciadas. Em Santa Catarina, cada lugar tem sua história própria, sua história menor, sem suntuosidade, mas modesta. Pensar uma documentação talvez suponha o reconhecimento dessas características particulares, o que pode permitir a sistematização das informações de forma a torná-las compreensíveis dentro de uma coerência totalizadora. (Marx, 2007) Se o lugar pode ser considerado como síntese de múltiplas determinações então resta lhe atribuir o papel de suporte para a análise da interconexão dos seus diversos componentes, do sensível capaz de permitir a conectividade do conjunto de conceitos, indispensáveis à compreensão do real. (Santos, 1985; Lefèbvre, 1974).

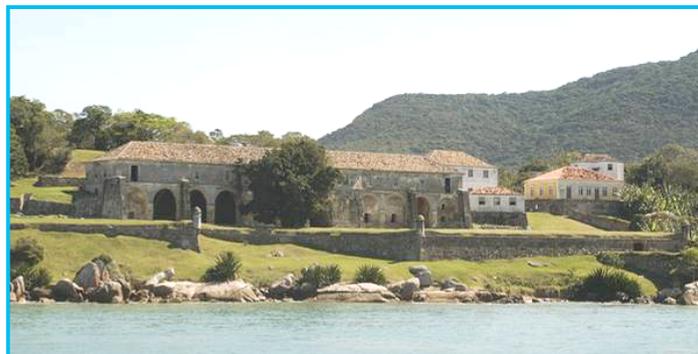
Em Santa Catarina, os lugares constituíram-se historicamente, marcando a paisagem de um legado singelo (inclusive arquitetônico e urbanístico), que

acompanhou os sucessivos ciclos produtivos em suas diferentes localidades a partir da introdução de migrantes de culturas as mais variadas. Aqui se apresenta, então, o roteiro pelo qual o setor de documentação deve seguir: acompanhando os passos históricos dos migrantes europeus que imprimiram marcas diversas, a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho, adaptando um saber-fazer trazido do país de origem ao meio local. (Claval, 1999)

Dos açorinos no litoral ao Planalto Serrano.

No século XVI, já se tem notícia de navegadores aportando nas costas catarinenses. A Ilha de Santa Catarina e a Baía de Babitonga teriam sido os locais visitados. Portugueses e espanhóis apoiavam, nestas terras, suas rotas de navegação em direção ao Rio da Prata. Portugal, visando consolidar seus domínios, promoveu, então, o alargamento de seu território a partir das bandeiras, provenientes da Capitania de São Vicente. Desta forma, o litoral catarinense passou a ser percorrido e conhecido por bandeirantes, crescendo o interesse pela sua posse e ocupação. (Cabral, 1970;1972)

Os primeiros povoamentos deram-se na costa, tendo início com a fundação de São Francisco do Sul (1658), seguida por Nossa Senhora do Desterro (1672) e a fundação de Laguna (1684). Essas nucleações viviam de uma agricultura rudimentar e da pesca, praticamente de atividades de subsistência. No início do século XVIII, Laguna, apesar de ser ainda uma pequena povoação, era o mais importante núcleo da costa catarinense, exportando peixe seco para Santos e Rio de Janeiro.



Santa Catarina teve seu processo de ocupação determinado pela sua localização em relação à defesa territorial. A costa era visitada por navegantes de várias nacionalidades (franceses e espanhóis, principalmente) que visavam tomar posse do Brasil meridional. A função de defesa deixou uma rica arquitetura de

fortalezas, que se concentram, principalmente, nos arredores da Ilha de Santa Catarina. Patrimônio precocemente reconhecido - pois já constam do Livro do Tombo de 1938 -, as fortalezas de Santo Antônio de Ratones; São José da Ponta Grossa e o Forte Santana, em Florianópolis, assim como a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos faziam parte do mesmo sistema defensivo. (Fig. 1)



Fig. 1. Localização das Fortalezas e Forte de São José da Ponta Grossa.
Fontes: Projeto Fortaleza Multimídia; Flickr Photo Sharing.

As povoações litorâneas catarinenses recebem fluxos migratórios açorianos em meados do século XVIII, configurando o processo de ocupação e marcando a morfologia urbana e a tipologia habitacional. São pequenos núcleos, organizados em torno da praça cívica e religiosa, com traçado ortogonal, em geral acomodado à topografia. As casas em fita, com telhados que se inclinam para a rua, constroem um conjunto harmônico que estabelece os limites dos espaços públicos abertos. (Broos,2002). Desses núcleos açorianos, somente recentemente as cidades de Laguna (1985) e São Francisco do Sul (1987) tiveram seus sítios tombados pelo IPHAN. Alguns poucos bens isolados em Biguaçu e Florianópolis complementam todo o acervo tombado, pelo IPHAN, da herança açoriana catarinense.



Fig. 2. Laguna. Centro Histórico. Fonte: radarsul.com.br

As pequenas aglomerações que se dispersaram ao longo da Ilha de Santa Catarina representavam colônias agrícolas e pesqueiras com grande riqueza em termos de representações e manifestações culturais. Os rituais religiosos e as festas, combinavam-se com as atividades artesanais para configurar paisagens bem características da cultura açoriana. ((Fig. 2)) Grande parte dessas povoações foram desorganizadas pela voracidade da ocupação litorânea da atividade turístico-imobiliária, principalmente, a partir da década de 1980. Uma vez expulsos da orla marítima pela especulação do solo, as colônias pesqueiras desarticulam-se, fazendo

desaparecer, também, as rendas de bilro, as poterias, as farinhas de mandioca naturais e numerosos outros produtos que constituíam o sistema produtivo dessa organização comunitária.

Os luso-brasileiros marcam, também o processo de ocupação do Planalto serrano que é resultado do estabelecimento de ponto de paragem para o caminho das tropas que se deslocavam do Rio Grande do Sul para São Paulo. A arquitetura açoriana, assim como a organização da estrutura urbana tradicional deveriam ser, certamente, objeto de uma catalogação mais sistemática que permitisse uma tomada de consciência social de sua importância para a identidade catarinense.

As colônias alemãs difundem-se pelos fundos de vales

A imigração alemã em Santa Catarina iniciou-se em 1829, quando 523 alemães oriundos de Bremen fundaram a colônia São Pedro de Alcântara. A vinda de alemães para o Brasil foi incentivada pelo Imperador Dom Pedro I, que pretendia povoar o Brasil meridional a fim de promover o crescimento econômico da região. Em 1835, as primeiras famílias chegam a Gaspar (no Vale do Itajaí), vindas de São Pedro de Alcântara. Outras colônias alemãs foram criadas no estado, destacando-se as de Blumenau (1850) e Brusque (1860) nos vales dos Rios Itajaí-Açu e Itajaí- Mirim, e a colônia Dona Francisca (hoje Joinville), no nordeste do Estado, que se instalou, em 1851, na Baía de Babitonga, às margens do Rio Cachoeira e nas proximidades da antiga colônia açoriana de São Francisco do Sul.

Em 1850, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau obteve do Governo Provincial a concessão de terras no local que hoje constitui a cidade de Blumenau. Distante de todo processo de colonização anterior, a região do Vale do Rio Itajaí parecia realizar as aspirações do Dr. Blumenau de criação de uma colônia agrícola, seguindo modelos utópicos europeus de meados do século passado. (Fouquet, 1950) (Fig.3) O Dr. Blumenau chega ao Vale do Itajaí com 17 imigrantes em 1850, mas somente a partir de 1852 será efetuada a repartição dos 12 primeiros lotes, construída a primeira igreja e montado o barracão de madeira para hospedagem provisória dos imigrantes, marcando, assim, a fundação da colônia. (Pimenta, 1998)

A colonização espalhou-se rapidamente. Partindo das embocaduras do rio Garcia e do Ribeirão da Velha, chega a alcançar uma extensão aproximada de 11.000 km², correspondente aos atuais municípios de Gaspar, Indaial (1859), Timbó (1869) e

Ibirama (1897), desmembrados, em 1935, de Blumenau que permaneceu com 1.160 km², incluindo os distritos de Massaranduba (1870) e Rio do Testo.¹ Enquanto nas regiões de Brusque e Luís Alves as terras favoráveis à ocupação eram limitadas pelas características do relevo, as condições na bacia do Itajaí-Açu a montante de Blumenau, eram bastante favoráveis à colonização. (Peluso Jr., 1950, p.125). Até 1860, Blumenau contava com 947 habitantes. De 1860 a 1870, Blumenau recebeu 4514 imigrantes, número superado pelas décadas de 1870 (4981 pessoas) e de 1890 (7675 imigrantes), fase de encerramento do movimento imigratório. (Silva,1972, p.109).



Fig. 3. Blumenau ocupa o Vale do Itajaí-Açu. Fonte: Arquivo Histórico de Blumenau

¹ . Indaial e Gaspar constituíram-se em distritos, logo após Blumenau ter-se tornado município. Em 1893 é criado o município de Indaial (4 de outubro). Ibirama e Gaspar emanciparam-se em 1934 e Massaranduba constitui-se em município em 1948.



Fig. 4. Pomerode. Casa do Imigrante. Fonte: Prefeitura Municipal de Pomerode.www.pomerode.sc.gov.br.

Em 1863, os primeiros imigrantes, liderados pelo colonizador Ferdinand Hackrath, decidiram subir um afluente do Rio Itajaí-Açú, o Rio do Testo, a partir do local onde está localizado hoje o bairro Badenfurt. Pomerode era conhecida como Povoado de Rio do Testo, posteriormente Distrito de Rio do Testo e a sede do distrito como Vila de Rio do Testo, integrando a grande Colônia Blumenau. O nome Pomerode está ligado à origem de seus fundadores, imigrantes vindos da Pomerânia (*Pommern*), norte da Alemanha. Literalmente é a junção do radical *Pommern* e do verbo *rodern*, verbo alemão que significa tirar os tocos, tornar a terra apta para o cultivo. (SC, 2010) A colonização da área foi uma estratégia para fortalecer o comércio entre a Colônia de Dona Francisca, atual Joinville, e a Colônia de Blumenau. A repartição das terras foi estabelecida, tal qual Blumenau, segundo modelo efetuado pela Companhia Colonizadora do Dr. Hermann Otto Blumenau, estabelecendo colônias agrícolas conectadas pelos rios. As primeiras edificações eram rústicas construções de pau a pique, cobertas com folhas de palmeiras. Até a virada do século XX, Pomerode era uma colônia voltada apenas para agricultura e pecuária de

subsistência, com pequenos pontos comerciais nas áreas centrais da colônia. Com a mudança de século, pequenas empresas familiares de laticínios, frios, móveis e cerâmica deram início à industrialização do município. (Fig.4) Por se manter, por muitos anos, sem grandes setores empresarias e com pequenos índices de crescimento econômico, Pomerode conservou grande parte de sua tradição e de seus costumes alemães bem marcados localmente. Apesar de ter sido desmembrada de Blumenau em 1959, gravita em torno de sua influência, sem perder as características alemãs, porque não sofreu um significativo processo de crescimento urbano e conseqüente pressão sobre o solo urbano para a renovação de seu patrimônio arquitetônico.



Fig. 5. Blumenau. Bairro Bom Retiro. Indústria Hering.
Fonte:www.blumenauminhacidade.com.br.

A característica alemã está marcada na arquitetura do enxaimel, mas também na forma de ocupação do espaço urbano e regional. O movimento de ocupação estendia-se nos fundos dos vales dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. A partir do planalto central, os rios dirigiam-se para o litoral. Às suas margens são abertos caminhos, que se cruzam com aqueles que chegam das florestas e que, constituirão as futuras vias principais e secundárias. Ao longo dessas vias são traçados,

perpendicularmente, terrenos estreitos e compridos como as “*hufen*” alemãs, repetindo o modelo de povoamento do final da Idade Média em algumas regiões que constituirão a Alemanha. O “*Waldhufendorf*”, onde seus termos componentes (“*Wald*” = floresta; “*hufen*” = pedaço estreito e alongado de terra distribuído aos camponeses e “*dorf*” = vila) retratam, claramente, a concepção da ocupação, associando trabalho agrícola e organização urbana. (Seiffert, 1974) O processo mais intenso de ocupação concentrava-se, no entanto, na própria localidade de Blumenau. A sede da colônia, *Stadtplatz* compreendia 56 lotes urbanos de tamanhos variados, “que se estendiam desde um pouco acima da foz do ribeirão Bom Retiro, pelas margens do Ribeirão Garcia até as proximidades da atual Rua Progresso, e, pela margem direita do Itajaí-Açu até as proximidades da atual Rua Namy Deeke”. (Silva, 1972, p. 63)

O processo de expansão avança do rio Itajaí-Açu em direção às margens do rio Itajaí-Mirim. A colonização oficial do Vale do Itajaí Mirim iniciou-se em 1860, quando o barão austríaco Maximilian von Schneéburg e os 55 pioneiros alemães aportam no lugar Vicente Só (atual praça) e instalam a colônia Itajahy que vai adquirir, futuramente, o nome de Brusque. Novas levas migratórias vieram se somar, com a chegada de ingleses (em 1867) e poloneses (em 1869), mas a mais importante foi a vinda de 10 mil imigrantes italianos (em 1875). Os poloneses migraram, também, para outras localidades próximas como é o caso de Indaial ou Rodeio. A chegada de italianos, além de ocupar diversas áreas já estabelecidas de colonização alemã (Blumenau, Indaial, Gaspar) iniciou outras nucleações como Rodeio ou Luís Alves que, por sua vez, também receberam alemães ou poloneses, além de outras nacionalidades minoritariamente (franceses, austríacos e belgas), dando ao Vale do Itajaí uma característica multicultural, apesar da predominância da paisagem alemã.

Aos primeiros alemães que vieram formar a Colônia Dona Francisca (hoje Joinville), em 1851, sucederam-se novos processos migratórios, organizados pela Cia. Colonizadora com sede em Hamburgo que, mesmo não mais possuindo terras na região, continuava com os negócios vinculados aos movimentos de trabalhadores vindos da Europa. O número de alojados no rancho da Companhia aqui no Brasil aumentava, sem que houvesse terras para eles, obrigando-os a continuar a caminhada em terras mais interiorizadas. Em 1873, um pequeno grupo de homens subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto, com mantimentos e ferramentas no lombo de mulas. Após dois dias de caminhada, chegaram às margens do Riacho São

Bento. Ali construíram o primeiro rancho e de lá partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do riacho São Bento. Diversas nacionalidades compunham esses fluxos migratórios que viriam a constituir, posteriormente, uma indústria diversificada (móveis, cerâmica, plásticos, metalurgia, fiação e tecelagem), a partir de uma pequena acumulação inicial e a evolução da atividade artesanal e manufatureira.

As áreas de colonização alemã desenvolveram, rapidamente, sua vocação industrial. Os migrantes eram qualificados e conheciam de perto as lides fabris. Assim que podiam, instalavam em suas residências uma pequena manufatura, baseada no trabalho doméstico. Tal foi o caso da família Hering que, contando com o apoio de seus vínculos com o país de origem, montou a primeira fábrica de malhas para produzir aquela camiseta que o português tinha o hábito de trazer sob a camisa. (Pimenta, 1994) (Fig. 5) Ainda no século XIX outras pequenas fábricas foram montadas no interior desse Vale, abastecendo, primeiramente, o mercado regional, para logo a seguir, ir ampliando a escala comercial. Blumenau e Brusque vão se constituir nas cidades principais dos Vales do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, respectivamente, a partir do sucesso desses empreendedores iniciais. O crescimento de Blumenau baseia-se, principalmente, na produção de malhas e toalhas e Brusque, na fabricação de tecidos. Essas fábricas, localizadas hoje nas áreas centrais de diversos municípios, a partir da expansão urbana e regional, deixam um legado impressionante em termos de patrimônio industrial que deveria ser restritivamente protegido. Os parques industriais que se desenvolveram escalonam-se por diversos períodos históricos, mostrando um mosaico arquitetônico industrial de grande valor histórico. Talvez não pela suntuosidade arquitetônica em si, mas pela variedade tipológica e a retratação histórica de diversas fases do desenvolvimento industrial. Também há que se destacar que a implantação dessas indústrias seguia modelos dos países europeus de origem, organizando, com características peculiares, a própria expansão da malha urbana e a organização da estrutura urbana.

A importância industrial de Joinville, a aglomeração econômica mais importante do Estado, possui características um pouco diferentes. Inicialmente voltada ao setor têxtil, Joinville desenvolve um forte setor metalúrgico e mecânico que vai habilitá-la a fornecer, complementarmente, autopeças quando a indústria automobilística se instala em São Paulo. Neste mesmo período da substituição de

importações, empresários iniciam a fabricação de eletrodomésticos, que ganham projeção no mercado nacional, formando o parque metal-mecânico mais importante do Estado. (CEAG/SC, 1980) Se as cidades do Vale do Itajaí guardam fortes características alemãs, pode-se afirmar que Joinville sofreu maiores transformações urbanas, mantendo apenas alguns exemplares isolados de valor patrimonial. A arquitetura de origem alemã tornou-se predominante em alguns ambientes urbanos ou rurais.

A influência germânica é visível na arquitetura em estilo enxaimel, facilmente identificada nos prédios com estruturas aparentes de madeira e paredes de tijolos maciços. (Waibel, 1979) São construções que podem ser encontradas em ótimo estado de conservação, e em quantidade considerável, nas muitas localidades de origem alemã em todo o Estado, com destaque para as cidades de Blumenau, Pomerode, Joinville, São Bento do Sul e São Pedro de Alcântara. A elas acrescentam-se exemplares da arquitetura italiana, que ainda estão conservados, principalmente em meio rural.

Se os italianos fizeram parte da ocupação do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense, certamente, sua influência foi mais decisiva em áreas onde tiveram predominância, como no Vale do Rio Tijucas e no Sul catarinense. Nesses locais, foi a migração italiana que marcou e definiu a cultura, as tradições e as paisagens.

Os italianos ocupam o Sul catarinense

O Sul Catarinense é das mais expressivas regiões de imigração italiana em Santa Catarina. Ali a etnia italiana, oriunda do norte da Itália, foi muito majoritária e a primeira a se implantar, desbravando as áreas de matas para a constituição de suas pequenas propriedades agrícolas, as colônias. As colônias eram originárias da divisão da terra em lotes em linhas, como eram e são chamadas as estradas vicinais, em geral acompanhando os vales dos rios e riachos, a partir das quais as propriedades se distribuíam, com testadas menores que sua profundidade, que adentrava as matas que recobriam o relevo.

Foi ocupado primeiramente o Vale do Rio Tubarão, sendo fundados povoados junto a este rio e seus afluentes. Cruzando os divisores de águas em direção às terras devolutas mais ao sul, a colonização italiana ocupou os vales do Rio Urussanga e do Rio Araranguá.

Os primeiros italianos estabeleceram-se no Rio Tubarão, na confluência do Rio Pedras Grandes, formando a Colônia Azambuja em 1877, povoado inicial da série de ocupações que a imigração realizaria na região. (Piazza, 1982) Foram introduzidos por luso-brasileiros na prática de cultivo de espécies autóctones e outras já cultivadas anteriormente, mas trouxeram em suas bagagens suas próprias tradições, como o cultivo da vinha, dando feições próprias às suas terras.

Em 1878 o contingente de imigrantes ultrapassava o Vale do Tubarão, atingindo o Rio Urussanga e estabelecia a Colônia Urussanga que por muito tempo polarizaria o interior destes vales. Em 1879 foi encaminhada para Urussanga nova leva de imigrantes, estabelecendo-se em 400 lotes demarcados nas linhas Rio dos Bugres, Rio Maior, Urussanga Baixa, Rio América, Salto e Gaeté. (Cabral, 1970) As famílias estabelecidas nestas zonas rurais constituíram um singular patrimônio edificado, composto por casas, instalações rurais e igrejas. Utilizando-se de pedras, em taipa ou cantaria, de tijolos que fabricavam, e de madeira, construíram com forte acento de sua terra de origem, constituindo uma paisagem cujo legado persiste na atualidade. (Fig. 6)



Em 1882 constituiu-se a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará, com a finalidade de dar destinação rentável, loteando-as e ocupando-as, às terras do dote matrimonial do Conde D'Eu, casado com a Princesa Isabel. Os colonos foram assentados, formando as localidades de Orleans e Grão Pará. (Cabral, 1970.)

Com a continuidade do fluxo de imigrantes, novas linhas e povoados, a partir de Urussanga, foram tendo seus lotes ocupados em direção ao sul, e em 1880, já havia colonos estabelecidos em Acioli de Vasconcelos (atual município de Cocal) e na área de Criciúma.

Em 1891 foi estabelecida a colônia Nova Veneza, obra de companhia

Fig. 6. Nova Veneza. Casas em pedra da família Bratti. Foto de Jolvane Bueno. Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

colonizadora, estabelecendo inicialmente 1600 colonos junto ao Rio Mãe Luzia, a sudoeste de Urussanga, já na bacia do Rio Araranguá.

Os primeiros anos da imigração italiana coincidem com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, cujo tronco principal foi realizado entre 1880 e 1884, percorrendo os mesmos caminhos que os colonos percorriam para seu assentamento. A ferrovia foi implantada para que as minas de carvão localizadas nas cabeceiras do Rio Tubarão, e conhecidas desde 1830, pudessem ser exploradas e ligadas, assim a localidade conhecida por Minas (atual município de Lauro Muller) aos portos de Imbituba e Laguna.

A descoberta e exploração de minas de carvão em várias outras localidades da região, revelando a existência de uma bacia carbonífera de dimensões consideráveis, acelerou a economia regional, com um vigoroso processo de acumulação de capitais, formando no século XX um parque industrial diversificado. Dois novos ramais ferroviários, ligavam novas minas aos portos. O primeiro estendeu os trilhos até Criciúma (1919) e Araranguá (1927). O outro ramal ligou Urussanga à ferrovia em 1925. A descoberta de carvão no subsolo de Criciúma por volta de 1913 e sua exploração a partir de 1916, promoveu o crescimento da cidade que tornou-se a mais populosa do Sul Catarinense.

O descendentes de imigrantes do Sul Catarinense fizeram parte de uma próspera economia que foi impulsionada pelos vários períodos de expansão da

exploração carbonífera. Em suas colônias, polarizadas por incipientes cidades, implantaram ofícios que atendiam a quase todas as necessidades da reprodução da vida do mundo rural e da urbanização nascente. Trouxeram esses ofícios – a ferraria, carpintaria, marcenaria, tanoaria, entre outros - de seus países de origem, combinando-os com os trabalhos na terra.

A abundância de florestas de alto porte, constituindo-se em ameaça e desafio, logo foi convertida em fonte de recursos econômicos, estabelecendo-se o beneficiamento de madeiras, primeiro a braço, em seguida com serrarias movidas a roda d'água.

Desenvolveram artesanatos, manufaturas e indústrias, abastecendo o mundo colonial próximo e exportando para as regiões mais urbanizadas do país. Na esteira da acumulação de capital propiciada pela extração do carvão, diversificaram o mundo industrial com modernas fábricas, em vários ramos, destacando-se a cerâmica de revestimentos, onde a região situou-se entre as maiores produtoras do Brasil e, hoje, do mundo.

Os insumos encontrados pelos imigrantes – pedras, madeiras, argilas – e as técnicas trazidas em suas bagagens, traduziram-se inicialmente numa rústica e expressiva arquitetura respondendo às necessidades de habitar, trabalhar a terra, cultivar suas crenças, reproduzir suas sociedade, por meio de suas casas, instalações produtivas, igrejas, capelas, oratórios, escolas e salões. (Fig. 5) Floresceram arquiteturas de pedras, alvenarias de tijolos e madeira, das quais muitos exemplares sobreviveram, embora desprotegidos em sua maioria, prestando o testemunho desta cultura. (Fig. 7)



Fig. 7. Rio Maior, Urussanga. Igreja de São Gervásio e São Protásio.
Fonte:IPHAN.

O desenvolvimento comercial industrial subsequente fez com que uma arquitetura com traços de erudição aparecesse nas cidades, embora pequenas, na medida em que crescia a urbanização e os capitais acumulados. Buscava no ecletismo dos países europeus, sobretudo na Itália, os modelos para reproduzir o embelezamento e criar uma distinção social.

A expansão da colonização italiana: o Vale do Tijucas e Oeste Catarinense.

A imigração italiana expressou-se também em outras regiões do Estado de Santa Catarina. No Vale do Itajaí continuou, a partir de 1875, a marcha de ocupação iniciada pelos alemães. Sua cultura expressou-se menos nos centros maiores, já marcados pela etnia teuto-brasileira, singularizando-se nos povoados em que foram predominantes.

Ultrapassando o Vale do Itajaí Mirim, por não haver mais lotes demarcados para assentamento em Brusque, as levas de italianos foram assentadas no Vale do Rio Tijucas, desde 1875. Até 1880 estima-se que 11000 colonos entraram nas linhas

de Tijucas. (Cabral, 1970). Ligadas às rotas comerciais pelo porto de Tijucas, na desembocadura do rio, as economias das colônias prosperaram com a extração da madeira e a implantação de engenhos em grande número, dispostos pelas pequenas propriedades rurais. Os engenhos e serrarias movidos a roda d'água perduraram até a década de 1970, quando se completa a eletrificação rural. Encontram-se exemplares de engenhos ainda em atividade, assim como velhos Mestres Carpinteiros construtores de engenhos, capazes de dar manutenção aos engenhos existentes e a relatar, com precisão de detalhes, o processo de feitura das suas partes e de sua montagem.

Nova Trento, incrustada nos vales do rio do Braço e seus afluentes, é a mais tradicional das ocupações de ítalo-brasileiros do Vale do Tijucas. Foi conhecida pela habilidade de seus pedreiros, descendentes de italianos, que aliando maestria construtiva e religiosidade, tornaram-se importantes construtores para a igreja católica, edificando igrejas, seminários e conventos disseminados pelo interior do Estado.

No Oeste Catarinense a presença dos descendentes de italianos foi majoritária na formação da população. Entretanto, as levadas migratórias eram constituídas por excedentes populacionais das colônias do Rio Grande do Sul, que, assim como a dos vales das vertentes atlânticas de Santa Catarina haviam se constituído no último quarto do século XIX. Além de descendentes de italianos, os excedentes populacionais de outras colônias velhas, principalmente alemãs, também seguiram na frente pioneira que ocupava o Oeste Catarinense.

O Vale do rio do Peixe foi a primeira região em que a frente migratória instalou-se, acompanhando a implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1910) em seu trecho catarinense. Mas sua ocupação só pôde efetivar-se após o fim da Guerra do Contestado e dos conflitos de limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916. (Pimenta, M. 1984) A continuidade do fluxo de migrantes provoca o deslocamento da demarcação e venda de lotes, por companhias colonizadoras, em direção ao extremo oeste do Estado, permanecendo abrindo povoados até a metade do século XX. (Pimenta, L. 1996)

A expressão arquitetônica destas migrações do século XX utiliza-se principalmente da madeira em suas primeiras décadas, acompanhando a atividade econômica das serrarias na derrubada das matas. O pinheiro de araucária foi muito usado, além de madeiras “de lei” como a canela e a peroba. (Fig. 8) Casas,

sobrados, igrejas, instalações industriais, como grandes moinhos, marcaram a paisagem do Oeste Catarinense.



Fig.8. Herval d'Oeste. Sede Belém. Casa e paiol. Foto do autor.

Um Estado de muitas nacionalidades

A população do estado de Santa Catarina é formada por muitas etnias, sendo predominantes os descendentes de italianos, portugueses e alemães. Em menor medida, eslavos – poloneses e ucranianos -, austríacos, latino-americanos e outras nacionalidades que se retratam na maior parte da população branca (85,7%), tendo pequena a porcentagem de descendentes de africanos (11,7% de pardos, 2,2% de negros) e ínfima a participação dos índios (0,3%). (IBGE,2009) Se podemos encontrar dominâncias em algumas áreas, houve, certamente misturas significativas nas paisagens de diversas regiões catarinenses.

Em diversas áreas do Estado pode-se perceber traços dessas heranças culturais minoritárias, como por exemplo, os exemplares arquitetônicos eslavos que marcaram a paisagem com suas construções em madeira coloridas e enfeitadas pelos arremates dos telhados em lambrequins. (Fig. 9) Herança marcante são as igrejas de Santo Estanilau (polonesa) e a Sagrada Família (ucraniana) na cidade de Itaiópolis, que se compõe de uma variedade de etnias (inglesa, polonesa, russa e alemã). O Planalto norte é bem ilustrativo dessa mistura de etnias, com várias cidades com

predominância alemã, mas também com forte combinação de migrações de diferentes nacionalidades.²



Fig. 9. Itaiópolis. Casa Jakubiak.
Fonte: Prefeitura Municipal de Itaiópolis.

Se os austríacos são minoritários em nível do Estado, eles certamente imprimiram o caráter dominante na cidade de Treze Tílias que, apesar de ter recebido também grande número de migrantes italianos, caracteriza-se pelo estilo tirolês da arquitetura que compõe o espaço urbano. Fundada por austríacos vindos do Tirol, Treze Tílias resolveu reavivar, a partir da decisão consciente de seus habitantes, o estilo originário como marca característica da cidade. (Fig. 10) Assim, aos exemplares históricos juntam-se, agora, novas construções que visam formar um cenário urbano harmonioso e homogêneo, destacando os traços culturais da relação

² . Entre as cidades que receberam migrantes alemães tem-se, no Planalto Norte, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Canoinhas. Com a composição de várias culturas, pode-se destacar Corupá (austríacos, suíços e alemães); Mafra e Porto União (alemã, polonesa, italiana, portuguesa, ucraniana, tcheca, bucovina, libanesa, turca).

entre o Tirol e os imigrantes que vieram colonizar essas terras inóspitas do Meio-Oeste Catarinense.



Fig. 19. Treze Tílias. Vista atual do antigo hospital. Foto do autor

Algumas considerações finais.

Santa Catarina possui poucos imóveis documentados e tombados pelos Institutos de Preservação Patrimonial em suas diferentes escalas (Federal, Estadual, Municipal). O IPHAN tem registrado 21 bens tombados (entre eles, seis fortalezas), sendo que 12 são em Florianópolis (cinco fortalezas). Acrescentando-se dois sítios tombados pelo Programa Monumenta, os centros históricos de Laguna e de São Francisco do Sul, tem-se a gama total de bens tombados em nível federal. A maior parte do patrimônio tombado foi feita pelo Governo Estadual (Fundação Catarinense

de Cultura), sendo que, neste caso, São Bento do Sul e Joinville são as cidades que possuem maior número de bens tombados (cerca de 40 bens tombados), seguidas de Blumenau (inclui um conjunto: o complexo industrial Hering), Urussanga³ e Florianópolis (cerca de 20 bens tombados), Lages (18), Pomerode (14), Itajaí (13). O acervo é constituído, principalmente, de antigas residências que adquiriram ou não novas funções, igrejas e casas paroquiais, um ou outro palácio, grupo escolar ou mercado. Nas outras cidades que possuem bens tombados, a quantidade varia de um a três imóveis. No nível municipal, a proteção deixa muito a desejar na maior parte das cidades. Em Florianópolis, por exemplo, na maior parte dos imóveis do centro histórico foi proposta somente a preservação das fachadas dos imóveis⁴, com uma visão cenográfica do acervo histórico. A realidade ultrapassou largamente as intenções municipais, e as fachadas foram totalmente adulteradas, indo além da destruição sistemática de todo o interior do conjunto arquitetônico que compunha seu centro histórico.⁵

Apesar dessa classificação dos bens e seu tombamento formalizado, o estado de conservação dos imóveis nem sempre condiz com essa condição de ter sido reconhecido seu valor patrimonial. Nem mesmo o entorno dessas edificações ou os conjuntos edificados permitem, na maior parte dos casos, o destaque enquanto 'lugares de memória' que precisam ser alicerçados na memória social. Para isso, faz-se necessário que se tornem lugares carregados de vontade de memória (NORA, 1984) A documentação ora proposta visa interferir, também, nesses processos, tornando visível a importância patrimonial e, assim, estimular a apreensão pública dos processos de preservação ou de renovação em curso.

Na tentativa de tornar possível a apreensão patrimonial, algumas pistas devem ser consideradas na captação dos dados e conseqüente organização do acervo. Colocar em evidência os momentos e os lugares de inserção arquitetônica

³ . Em Urussanga, 13 imóveis ao redor da Praça Anita Garibaldi foram tombados individualmente, contribuindo para a soma elevada. O mesmo acontece em outros lugares, por exemplo, em São Bento do Sul (FCC. Relação de Bens Tombados, www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural, acesso em outubro 2010)

⁴ . O Projeto Renovar distribui mesmo uma cartilha, demonstrando como os imóveis deveriam ser modificados no seu interior, no sentido de proteger as fachadas, tal era o foco da proteção centrada na visão cenográfica do patrimônio. (IPUF/PMF, 1993)

⁵ . Não se trata aqui de um centro histórico como o da cidade do Rio de Janeiro que, devido à enormidade de seu patrimônio, faz-se necessário estabelecer critérios e prioridades de preservação. Em Florianópolis, são praticamente algumas ruas que constituem o xadrez inicial da ocupação colonial, nada mais que isso. O Instituto de Planejamento municipal não somente deixou de propor a preservação interior de alguns casarios, como ainda agregou um plano diretor que incentivou um brutal processo de verticalização, destruindo todo o contexto em que esse pequeno e modesto patrimônio está inserido.

pode permitir a tomada de consciência em defesa da memória, também pelo reconhecimento dos espaços ausentes.

Referências Bibliográficas (1048 palavras)

- BENJAMIN Walter. (1940) Sur le concept d'histoire. In **Oeuvres III. Folio Essais**, Gallimard, Paris, 2000.
- BROOS, Hans. **Construções antigas em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2002.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1972. Notícia, vol. 1 e 2, Memória, vol. 1 e 2.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis, Landes, 1970.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Rede latino-americana de acervos de arquitetura**. Projeto apresentado a Capes/MinC, Pró-Cultura, Edital 07/2008, 2009.
- CEAG/SC: **Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina. Estudo das alterações estruturais (século XIX-1960)**. Florianópolis, CEAG/SC, 1980.
- CHOAY, Françoise. **L'Allégorie du Patrimoine**. Paris, Éditions du Seuil, 1992
- CLAVAL, Paul: **Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997
- FOUQUET, Carlos. Vida e Obra do Dr. Blumenau. Ensaio Biográfico. In **Centenário de Blumenau 1850-1950**. Blumenau, Comissão de Festejos, Tip. Blumenauense, 1950, p.52-115.
- GUTIERREZ, Ramon. História, memória e comunidade. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SMC/DPH, p. 121-8, 1992.
- HERING, M. Luiza R. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí**. Blumenau, Editora da Furb, 1987.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010. Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e sócio-econômica**, 27 Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Página visitada em 19 set. 2010.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memória do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- IPHAN. **Guia de bens tombados. Santa Catarina**, 2009. www.iphan.gov.br Acesso em outubro 2010.
- KILIAN, Frederico. Sociedades e Associações em Blumenau. In **Centenário de Blumenau 1850-1950**. Blumenau, Comissão de Festejos, Tip. Blumenauense, 1950, p.338-345.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. SP: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974
- MARX, Karl: **El capital**. Tomo II. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In. **Revista Brasileira de História**. V.23, nº 45. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, 2003. p. 11-36.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In Pierre NORA (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1. La République, p. VII a XLII

- PELUSO JR., Victor A. A Bacia do Itajaí. In. **Centenário de Blumenau 1850-1950**. Blumenau: Comissão de Festejos, Tip. Blumenauense, 1950, p.116-126.
- PELUSO JR., Victor A. Tradição e Plano Urbano. Cidades portuguesas e alemães no Estado de Santa Catarina. In **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. da UFSC/ Secretaria do Estado de Cultura e do Esporte, 1991, p. 355-396.
- PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre, BRDE, 1982.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche: **Industrialisation et territoire: le cas de l'industrie textile et de la confection au Brésil (1850-1980)**. Universidade de Paris IV - Sorbonne. Tese de Doutorado, 1994.
- _____. Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. *Revista Dynamis*. Blumenau, v.6, n.24, p. 62-83, Julho-Setembro 1998, Editora da FURB, 1998.
- PIMENTA, Luís Fugazzola. Cidades pioneiras: identidade e modernização no Oeste de Santa Catarina. In Pinheiro Machado, Denise (org). IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Rio de Janeiro, *Anais...* RJ:PROURB, 1996. p 285-292.
- ROSSI, Aldo. La Memoria Colectiva. In **La Arquitectura de la Ciudad**. Barcelona, Gustavo Gili, 1966, p. 191-193 .
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, 1996, pp. 97-105.
- SC. **Relação de Bens Tombados do Estado de Santa Catarina**. Fundação Catarinense de Cultura. Site oficial, www.fcc.sc.gov.br, acesso em outubro de 2010.
- SC. **História de Pomerode**. Prefeitura Municipal de Pomerode, acesso em outubro 2010
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. SP: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **As metamorfoses do espaço habitado**. SP, Hucitec, 1988.
- SEIFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.
- SILVA, José Ferreira. História de Blumenau, in **Centenário de Blumenau 1850-1950**. Blumenau, Comissão de Festejos, Tip. Blumenauense, 1950 (p.5-51).
- SILVA, José Ferreira. "Alguns aspectos do sistema de colonização do Dr. Blumenau", in **Centenário de Blumenau 1850-1950**. Blumenau, Comissão de Festejos, Tip. Blumenauense, 1950 (p.143-147).
- SILVA, José Ferreira. **História de Blumenau**. Florianópolis, Edeme, 1972.
- SILVA, Zedar Perfeito da: **O Vale do Itajaí**. RJ: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1954.
- SINGER, Paul. Blumenau, in **Desenvolvimento Econômico e evolução urbana**. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- UNESCO. Patrimônio Mundial. Site oficial: whc.unesco.org. Visitado em outubro 2010.
- VELHO, Gilbert. Memória, Identidade e Projeto. IN IDEM. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- WILHEM, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional. Brasília/INL, 1980.